

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 25 de agosto de 2025 às 07h47
Seleção de Notícias

23 de agosto de 2025

Fator Brasil - Online BR	
Cientistas da UFMG vencem o 6º Prêmio Patente do Ano da ABPI	3
CANAL	
IstoÉ Online BR	
Adidas pede desculpas ao México por "apropriação" de sandálias indígenas	4
ÚLTIMAS	
Portal Leo Dias BR	
Gilberto Gil e Chico Buarque acionam ex-integrante do Pixies por plágio de "Cálice"	7

24 de agosto de 2025

Metrópoles Online BR-DF	
Associações e artistas expõem preocupação com avanços da IA na música	8
ENTRETENIMENTO VINÍCIUS VELOSO	

Cientistas da UFMG vencem o 6º Prêmio Patente do Ano da ABPI

CANAL

Invenção vencedora utiliza a IA para controlar o grau da polarização injetada nos dentes durante procedimentos odontológicos.

O 6º Prêmio Patente do Ano da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**) teve como vencedora a solução inventiva, objeto de patente de invenção - BR 102015028262-1, intitulada "Equipamento, Processo de Determinação do Tempo de Foto-Ativação para a Fotopolimerização de Cimentos de Restaurações Odontológicas Indiretas e Usos", desenvolvida por Jadson Cláudio Belchior, Luis Fernando Morgan dos Santos, Rodrigo de Castro Albuquerque, Maria Esperanza Cortes Segura e Júlio Cesar Dillinger Conwa e tendo como titular a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O invento, que envolveu dentistas e engenheiros, serve para controlar, com precisão, o grau da po-

larização injetada nos dentes durante procedimento odontológico.

A premiação foi entregue durante a cerimônia de encerramento do 45º Congresso da **ABPI**, pelo coordenador do Prêmio Patente do Ano e membro do Conselho Diretor da **ABPI**, Ricardo Boclin, e Alexandre Lopes Lourenço, diretor de Administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). O presidente da **ABPI**, Gabriel Leonardos também participou da entrega do Prêmio.

Boclin agradeceu ao **INPI** e à Academia de **Propriedade** Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD/**INPI**) pelo apoio à iniciativa da **ABPI**. Este ano concorreram ao Prêmio as invenções que envolvam o uso de Inteligência Artificial.

Adidas pede desculpas ao México por "apropriação" de sandálias indígenas

ÚLTIMAS



Marca alemã foi acusada de "apropriação cultural" após lançar calçado inspirado em modelo com raízes indígenas. Representantes da Adidas viajaram até Oaxaca e se reuniram com artesãos locais. A Adidas fez um pedido público de desculpas a uma pequena cidade indígena no estado mexicano de Oaxaca. A marca esportiva alemã foi acusada recentemente de "apropriação cultural" após lançar no mercado uma sandália inspirada em um estilo tradicional de calçados da região, conhecido como huarache, e que tem raízes indígenas.

A sandália, batizada de Oaxaca Slip-On, foi criada em parceria com o designer americano Willy Chavarria.

Representantes da Adidas viajaram até a cidade de Villa Hidalgo Yalalag para se retratar pessoalmente, após divulgar um pedido de desculpas por escrito na semana passada. A empresa admitiu que o calçado tinha muitas semelhanças com as sandálias tradicionais produzidas pela comunidade - onde muitos dependem do artesanato para sobreviver -, e disse que pretende colaborar com a cidade no futuro.

O modelo Oaxaca Slip-On foi concebido com inspiração em um design originário do estado de Oaxaca, típico da tradição da cidade de Villa Hidalgo Yalalag", afirmou a chefe do jurídico da Adidas, Karen Gonzalez, em conversa com a comunidade.

"Entendemos que a situação possa ter causado desconforto, e por isso oferecemos um pedido público de desculpas."

O Ministério da Cultura e das Artes de Oaxaca aceitou a retratação como um "ato histórico de reconhecimento dos povos indígenas de Oaxaca".

Caso mobilizou autoridades mexicanas

À época do lançamento da sandália, autoridades mexicanas pediram a suspensão das vendas, acusando a Adidas e o designer de não pedir autorização para o nome nem reconhecer os autores originais.

A controvérsia envolveu até mesmo a presidente do México, Claudia Sheinbaum, que acusou grandes corporações internacionais de se apropriarem de criações de comunidades indígenas e defendeu maior proteção contra o uso de designs tradicionais por marcas globais.

"Grandes empresas costumam tomar produtos, ideias e designs das comunidades indígenas; estamos analisando a parte jurídica para poder apoiá-los", disse Sheinbaum. "É **propriedade** intelectual coletiva. Precisa haver compensação. A lei de patrimônio precisa ser cumprida."

Após a controvérsia se estender por vários dias, Chavarria, um americano com raízes mexicanas, finalmente abordou a controvérsia em 10 de agosto.

"Lamento profundamente que este design tenha se apropriado do nome e não tenha sido desenvolvido em parceria direta e significativa com a comunidade de Oaxaca", disse em nota.

Chavarria afirmou reconhecer que as sandálias "não corresponderam ao respeito e à abordagem co-

Continuação: Adidas pede desculpas ao México por "apropriação" de sandálias indígenas

laborativa" merecidos pela comunidade de Villa Hidalgo Yalalag.

Dois dias antes, a Adidas havia afirmado em carta pública que "valoriza profundamente a riqueza cultural dos povos indígenas do México e reconhece a relevância" das críticas, e que se reuniria com autoridades mexicanas para discutir como "reparar os danos" causados às populações indígenas.

Críticas

Sites especializados no mercado de tênis e outros sapatos esportivos haviam noticiado no início de agosto o lançamento das sandálias num evento da Adidas em Porto Rico. O modelo foi descrito como inspirado nas sandálias huarache e um tributo às raízes mexicanas de Chavarria.

No entanto, imagens do calçado rapidamente provocaram reação de políticos mexicanos da região de Oaxaca, que pediram a suspensão da venda do produto e acusaram Chavarria e a Adidas de "apropriação cultural".

"Isso não é apenas um design, é cultura, história e identidade de um povo originário e não vamos permitir que seja tratado como mercadoria", disse o governador de Oaxaca, Salomón Jara, em um vídeo publicado na rede X.

Por sua vez, a Secretaria de Cultura e Artes de Oaxaca destacou em comunicado que a adoção sem consentimento de elementos culturais dos povos originários para fins comerciais constitui "violação de seus direitos coletivos".

O órgão pediu ainda a "suspensão imediata da comercialização" do novo modelo, a abertura de um processo de diálogo e reparação de agravos da comunidade de Yalalag e o reconhecimento público da origem do design.

Tema sensível no México

Nos últimos anos, o México denunciou a apropriação cultural e o uso não autorizado da arte de seus povos indígenas por grandes marcas e designers ao redor do mundo.

Em 2023, foi a vez da empresa chinesa Shein, acusada de apropriação cultural de elementos da cultura e da identidade do povo Nahua, do estado de Puebla. À época, o governo mexicano se queixou de danos econômicos e morais para este segmento da população.

"Trata-se de um princípio de consideração ética que, local e globalmente, nos obriga a chamar a atenção e colocar em discussão pública um tema que não pode ser adiado: proteger os direitos dos povos originários que historicamente foram invisibilizados", afirmou a Secretaria de Cultura do Governo do México na ocasião.

Outros acusados de plágio e apropriação cultural de povos mexicanos nos últimos seis anos incluem a designer francesa Isabel Marant e as marcas de luxo Zimmermann e Carolina Herrera.

Discussão global

Acusações semelhantes também afetaram a imagem da Prada em julho. A grife italiana estreou na passarela da Semana de Moda Masculina de Milão ras-teiras descritas como "sandálias de couro".

Mas, para críticos de moda, artesãos e políticos indianos, tratava-se de uma cópia das tradicionais Kolhapuri - sandálias artesanais que levam o nome da cidade de Kolapur, em Maharashtra, no oeste da Índia, e remontam ao século 12.

Há mais de 25 anos, países em desenvolvimento e povos indígenas vêm pressionando por leis de **propriedade** intelectual que protejam melhor, da exploração por terceiros, a flora, a fauna, saberes tradicionais e herança cultural locais.

Continuação: Adidas pede desculpas ao México por "apropriação" de sandálias indígenas

Mais recentemente, porém, tem crescido o clamor, inclusive no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), para que se responsabilizem as companhias que cometem esse tipo de abuso na indústria da moda.

jps/ra (ots, DW)

Gilberto Gil e Chico Buarque acionam ex-integrante do Pixies por plágio de "Cálice"



"Isso é plágio de 'Cálice', de Chico Buarque", escreveu um usuário. Outro ironizou: "Pai, afasta de mim este plágio 'que eu, particularmente, curti'". Um terceiro afirmou: "Essa melodia é exatamente igual à de 'Cálice', de Chico Buarque e Gilberto Gil".

O caso reacende debates sobre **direitos** autorais no cenário musical, especialmente em tempos de plataformas digitais, quando canções circulam rapidamente pelo mundo. Até o momento, Lenchantin não se manifestou publicamente sobre a notificação.

Compositores brasileiros alegam semelhança entre a faixa "Hang Tough" e o clássico "Cálice", de 1979; Paz Lenchantin ainda não se pronunciou

Os cantores e compositores Gilberto Gil e Chico Buarque notificaram oficialmente a gravadora de Paz Lenchantin, ex-baixista e vocalista da banda americana "Pixies", por suposto plágio da melodia de "Cálice", música lançada em 1979. A medida foi tomada por meio da Sony Publishing e confirmada pela assessoria de Gil à imprensa.

A artista argentina lançou no dia 18 de agosto a faixa "Hang Tough", presente em seu álbum solo "Triste", acompanhada de um videoclipe. Logo após a divulgação, internautas notaram semelhanças com o clássico brasileiro e comentaram nas redes sociais:

Veja as fotos
Abrir em tela cheia
Gilberto Gil e Chico Buarque
Reprodução: Globo
Gilberto Gil e Chico Buarque
Reprodução: Globo
Chico Buarque
Reprodução: Instagram @chicobuarque
Chico Buarque
Reprodução: Chico Buarque
Reprodução: Chico Buarque
Reprodução: Voltar Próximo

Associações e artistas expõem preocupação com avanços da IA na música

ENTRETENIMENTO



O texto do projeto de lei que propõe regulamentação da IA no Brasil foi aprovado no Senado, mas tem lento andamento na Câmara dos Deputados

A inteligência artificial (IA) vem avançando rapidamente no universo musical. De gerar composições inéditas a criar artistas virtuais com vozes e imagens hiper-realistas, a tecnologia amplia possibilidades, mas também levanta alertas entre autores, intérpretes, produtores e associações.

O uso indiscriminado dessas ferramentas está no centro do Projeto de Lei 2338, que regula a aplicação da IA no Brasil. Aprovado no Senado em dezembro de 2024, o texto segue em tramitação lenta na Câmara dos Deputados, o que preocupa os signatários da proposta.

"As expectativas de consolidação do texto que veio do Senado não são boas. A demora da aprovação na Câmara dos Deputados não é boa para nós e nem para o Projeto de Lei. Estamos aplicando os nossos melhores esforços para ver se a gente tem alguma evolução", afirmou o diretor executivo da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus), Roberto Corrêa de Mello.

Segundo o diretor, o assunto preocupa toda cadeia musical brasileira. Artistas como Roberto Frejat, Da-

nilo Caymmi, Roberto Menescal, Ivan Lins e Jorge Vercillo estão na luta ao lado das associações em prol da aprovação do Projeto de Lei.

Leia: Banda viral intriga **internet** e pode ser 100% inteligência artificial

4 imagens Fechar modal. 1 de 4 Danilo Caymmi Wey Alves/Metrópoles @weyvalves 2 de 4 Roberto Frejat Régis Velásquez/Metrópoles 3 de 4 Jorge Vercillo Reprodução 4 de 4 Ivan Lins Divulgação

No texto da proposta, uma das diretrizes é manter os **direitos** autorais centrados nas pessoas físicas - os artistas - e não nas obras em si. Dessa forma, as negociações e proteções legais continuam voltadas aos criadores, e não a produções feitas por inteligência artificial.

"A classe artística está fechada ao nosso lado. A Abramus e as demais associações de gestão coletiva estão consolidadas no sentido da aprovação do Projeto de Lei na forma como foi aprovado no Senado, que preserva a centralidade dos direitos nas pessoas físicas. O projeto é muito bom", defendeu Roberto.

Atual panorama

O diretor da Abramus explicou que a maior parte dos processos que envolvem **direitos** autorais e inteligência artificial estão sendo vencidos pelos artistas. Apesar de estar se tornando um ambiente de conflitos, ele explicou que o modelo atual, diferente do que se pratica nos Estados Unidos e na Europa, favorece os artistas brasileiros.

"Como a gente vive em um país de **direito** autoral e não de copyright, a facilidade que o judiciário tem de compreender as causas é absoluta. Nos países de copyright, você arrecada os direitos da obra, da mú-

Continuação: Associações e artistas expõem preocupação com avanços da IA na música

sica. Nos países de **direito** autoral, como o Brasil, você arrecada os direitos dos compositores. Judicialmente, nós estamos ganhando todas as demandas", disse o porta-voz.

Luísa Canziani defende a regulamentação da inteligência artificial

Em março de 2025, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu avançar com o projeto. Cinco meses depois, a situação não mudou muito. Por isso, as associações se movimentam, juntamente com a deputada Luísa Canziani (PSD-PR), que está à frente da comissão especial, para acelerar o processo.

"Está se criando um ambiente bastante conflitivo com o projeto de lei e o advento da inteligência artificial, mas toda a cadeia produtiva da música está unificada e tem a mesma posição em face do assunto. Disso estamos absolutamente seguros", concluiu Roberto Corrêa de Mello.

O que diz a proposta?

O projeto de lei (PL) nº 2.338/2023, que regulamenta a inteligência artificial no Brasil, estabelece as diretrizes da IA, como limites e regras que devem ser seguidas pelas plataformas que fazem uso da tecnologia, além de possíveis sanções a atividades que

são consideradas de alto risco.

O PL tem o apoio de mais de 600 criadores, associações e entidades representantes da indústria cultural. Os agentes enviaram uma carta ao Senado Federal, que resultou na aprovação do projeto em 2024, na qual pontuam as reivindicações dos produtores culturais.

"O texto proposto traz avanços essenciais para a transparência, o reconhecimento, a responsabilidade e a justa remuneração que deriva do uso de obras protegidas por **direitos** autorais em sistemas de IA", diz a carta.

Além disso, no documento, os artistas e associações ressaltam a importância de um equilíbrio entre a **inovação** tecnológica e a preservação dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Brasileira.

"Acreditamos que, com o apoio do Senado, o Brasil pode ser pioneiro no estabelecimento de um ambiente tecnológico que respeite a cultura e o trabalho intelectual, garantindo aos criadores o exercício de seus direitos morais e patrimoniais e promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento justo e sustentável da tecnologia."

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

Propriedade Intelectual

3, 4

Marco regulatório | INPI

3

Direitos Autorais

7, 8